

2

BRAGA, Cláudio da Costa. *A Guerra da Lagosta*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2004.

“*Le Brésil n’est pas un pays sérieux*”. Talvez esta sentença, atribuída ao General e Presidente francês Charles de Gaulle, seja a parcela mais conhecida de uma crise que envolveu o Brasil e a França nos primeiros meses de 1963. Mesmo esta frase, lembrada e citada por muitos, raramente é relacionada a este confronto, que, embora inserido em um processo histórico muito visitado pela historiografia brasileira contemporânea, é ignorado pela maioria dos brasileiros.

Como “guerra da lagosta” ficou conhecida a crise diplomática irrompida pela captura do crustáceo de considerável valor comercial por embarcações de pesca de bandeira francesa na plataforma continental do Nordeste brasileiro – num período em que as definições precisas do direito à exploração dos recursos naturais da *continental shelf* pelas nações litorâneas ainda não estavam consolidadas no direito internacional. Um dos *rounds* da batalha diplomática travada entre o Brasil e a França sobre a exploração das reservas de lagostas do Nordeste brasileiro estava justamente na conceituação daquele crustáceo como parte constitutiva dos recursos naturais da plataforma continental – portanto posse brasileira – ou recurso vivo que dependia tanto do leito marinho como os peixes, livremente pescados por embarcações de qualquer nação desde que além dos limites das águas territoriais do Estado ribeirinho.

Toda essa “guerra” travada no âmbito diplomático, que municiou-se de elementos científicos e foi afetada por demandas da política interna de ambos os contendores, alcançou a esfera militar quando o governo de Paris enviou uma belonave para controlar o movimento dos lagosteiros franceses “a fim de que não se aproximassem, em demasia, do litoral brasileiro” e assegurar “a continuação da pesca de lagosta além daquele limite”, provocando a indignação da opinião pública nacional e a reação do governo por intermédio das Forças Armadas brasileiras, particularmente da

Marinha do Brasil, já que a “ameaça” estava no seu ambiente de operação, o mar.

É sobre essa crise tão pouco estudada pela historiografia brasileira que trata o livro *A Guerra da Lagosta*, do Capitão-de-Mar-e-Guerra Cláudio da Costa Braga (Serviço de Documentação da Marinha, 2004). Abordando não apenas os aspectos militares, a mobilização da Marinha, da Força Aérea e, em menor escala, do Exército, para se contrapor a uma tentativa de pressão militar francesa, o livro toca com propriedade nos elementos econômicos e políticos imbricados nesta crise. Esta é uma das características que singularizam a obra dentre as raras que abordam o tema. A maior parte dos textos sobre a Guerra da Lagosta foi produzida dentro de enfoques restritos, por vezes trabalhando sob a ótica das relações internacionais, outras priorizando seus aspectos militares, ou mesmo somente tratando da polêmica científica e legal sobre o *status* da lagosta como espécie sedentária ou migratória. A intenção de abordar sob múltiplos aspectos a crise coloca este livro como um dos mais completos sobre o tema.

O livro ganhou um prefácio de Armando de Senna Bittencourt, Vice-Almirante e Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, que traça curioso paralelo entre a Guerra da Lagosta e a vexatória intimidação realizada pela Grã-Bretanha com suas forças navais cem anos antes, ponto culminante da Questão Christie.

A obra divide-se em seis capítulos e três anexos. Na Introdução, o autor revela como surgiu seu interesse pela “Guerra da Lagosta”, expressando o estranhamento pelo fato de muitos, mesmo dentro da Marinha, desconhecerem o que talvez tenha sido a última mobilização ostensiva do Poder Naval brasileiro. O autor declara que pretendeu alargar o conhecimento sobre esta crise e contribuir para o estudo acerca da gestão de crises bilaterais, cada vez mais frequentes num mundo globalizado.

O autor apresenta sua obra como uma coletânea de documentos e depoimentos,

buscando reunir o maior número de pormenores alijados de outros trabalhos sobre a Guerra da Lagosta. Grande parte do pouco material publicado sobre o assunto é constituída de memórias escritas pelos que vivenciaram a crise, tanto dentro do universo da diplomacia – como a obra de Carlos Alves de Souza (*Um embaixador em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1979), com que Costa Braga dialoga intensamente, confrontando as memórias do então titular da Embaixada brasileira em Paris com a correspondência diplomática trocada por este com o Itamaraty – como nas lides navais, nos artigos publicados em revistas especializadas, mormente na *Revista Marítima Brasileira*. Estes textos guardam uma característica comum: como memórias estreitam o ângulo da abordagem essencialmente para a área em que aquele indivíduo vivenciou a crise. O perfil de Cláudio da Costa Braga de não partícipe, mas um pesquisador, embora empírico, da Guerra da Lagosta, dá à obra uma abordagem mais abrangente, produzindo uma pormenorizada descrição cronológica da crise, seus antecedentes e resultados. Assim, deixa ao leitor a maior parte da ação de análise do fato histórico, fornecendo-lhe todas as armas documentais. Nos capítulos “Aspectos políticos e econômicos à época” e “Aspectos do direito internacional marítimo”, o autor situa o leitor na conjuntura político-econômica do Brasil e da França no início dos anos 1960 e apresenta a problemática da exploração econômica dos recursos vivos da plataforma continental frente às ambigüidades do direito internacional marítimo naqueles anos de intensa mudança do pós-guerra.

O capítulo III, “Cronologia dos fatos”, ocupa mais da metade das 193 páginas do livro, seqüenciando fatos e documentos, dia a dia, mostrando a progressão da crise até a completa mobilização da Esquadra brasileira para uma “operação de guerra”. Aqui se coloca o maior esforço de pesquisa do autor e o melhor de sua obra, apresentando quase que uma compilação de inúmeros documentos sobre o tema, tanto documentos de Estado, como o resumo das manchetes de diversos periódicos brasileiros, e mesmo franceses, sobre aquela crise, reunindo um acervo de fontes primárias bastante abrangente e precioso para trabalhos futuros. Na seqüência cronológica em que são apresentados os documentos, o autor insere apartes que visam a situar o leitor em temas subjacentes à escalada da crise, como a interferência da política interna e da opinião pública nas decisões de Estado, a instabilidade política do período e sua interferência nas Forças Armadas e os aspectos táticos e estratégicos das operações navais. Nos dois últimos capítulos o autor traça suas conclusões sobre o conflito, nas quais destaca o papel das Forças Armadas na defesa da soberania das nações, mesmo em ambiente internacional repleto de organismos multinacionais para o arbitramento de conflitos entre os estados. Enfatiza não só o papel do braço armado como derradeira instância da política, mas a necessidade de mantê-lo pronto para atuar a qualquer instante, mesmo somente como elemento dissuasório.

Afinal a Guerra da Lagosta torna-se o exemplo cabal que as trevas da crise e do conflito podem alcançar uma nação pacífica e habituada a manter relações internacionais ordeiras como o Brasil, mesmo durante o Carnaval.